

UM ESTADISTA DA REPÚBLICA: HISTÓRIA E BIOGRAFIA EM AFONSO ARINOS

*Alessandra Soares Santos*¹

Resumo: *Um Estadista da República: Afrânio de Melo Franco e seu tempo* é a biografia que Afonso Arinos de Melo Franco (1905-1990) escreveu sobre seu pai entre 1944 e 1955. Analisamos o contexto intelectual da elaboração do método histórico-biográfico de Afonso Arinos através do debate teórico em torno da renovação desse gênero a partir da década de 1930. Além disso, buscamos compreender os interesses subjetivos que influenciaram a escolha de sua personagem e o projeto político subjacente à sua narrativa biográfica.

Palavras-chave: Biografia; Historiografia; Afonso Arinos.

Abstract: *Um Estadista da República: Afrânio de Melo Franco e seu tempo* is the biography that Afonso Arinos de Melo Franco (1905-1990) wrote about his father between 1944 and 1955. Our aim is to examine the intellectual context of creation of his historic-biographical method through the renewal of this genre in the 1930's and to comprehend some subjective interests that had influenced in the choice of his character and the political project behind his biographical narrative.

Keywords: Biography; Historiography; Afonso Arinos.

A biografia na historiografia brasileira a partir dos anos 1930

Os intelectuais brasileiros que empreenderam trabalhos biográficos a partir da década de 1930 traçaram, de uma maneira própria, seus caminhos para a entrada no mundo das interpretações históricas. Através de um regime discursivo peculiar, no qual estava presente, além da história, a memória, a ficção e o elogio, a tarefa biográfica adquiriu um *status* de complementaridade em relação ao labor historiográfico. Ambos os gêneros procuravam informar sobre as relações do indivíduo com a sociedade numa determinada duração histórica. As publicações das histórias de vidas de personalidades

políticas e literárias do passado promoveram uma verdadeira “epidemia biográfica”, saudável para o mercado editorial em expansão.²

No bojo do sucesso comercial do gênero e do prestígio adquirido pelos biógrafos surgiram as questões teóricas do ofício. Este foi um momento significativo para a afirmação daquilo que os críticos chamaram de uma “moderna biografia”, atenta ao seu próprio valor literário. De fato, para Gonçalves, a proliferação de biografias não foi meramente um fenômeno quantitativo. O tema “esteve associado a um intenso debate acerca da renovação do gênero biográfico, percebida como sintoma da emergência e da afirmação de uma biografia moderna, também designada, com direito a muitas polêmicas, como biografia romanceada” (Gonçalves, 2009:150).

As biografias ditas modernas se contrapunham àquele modelo de biografia que, desde a Antiguidade, tinha por função edificar determinadas virtudes e modelos morais para servirem de exemplo às gerações futuras. Nas chamadas biografias vitorianas, produzidas a partir de meados do século XIX, os personagens deveriam ser fontes de respeitabilidade e bom comportamento. Suas ambiguidades, suas variações de humor, suas opiniões controversas e seus mais íntimos sentimentos deveriam ser ocultados pelos traços exemplares de sua personalidade e de suas ações. Na definição de Dosse, “trata-se de uma escrita que não enseja distanciamento crítico algum, mas instala o leitor numa relação de reverência quase religiosa” (Dosse, 2009:61-62).

O novo modelo de escrita biográfica estava sendo ditado principalmente da França, por André Maurois.³ Na sua concepção, era preciso desvincular a biografia das memórias nacionalistas e tratá-las artisticamente. A uma biografia moderna competia, então, procurar corajosamente a verdade, valorizar a complexidade humana e reportá-la fielmente (Maurois, 1929). O grande desafio, porém, seria encontrar fontes documentais para reconstituir esse “drama interior”. O alargamento do campo interpretativo viria dar asas à “imaginação criadora” do biógrafo e à sua sensibilidade para captar aquilo que não estava explícito nas fontes. Apesar de insistir na parte artística, André Maurois evocou a dimensão científica da biografia ao aconselhar a preferência pelos documentos originais, pelas cartas, pelos periódicos. Ao mesmo tempo em que ele prescreveu o máximo rigor no manuseio da documentação, ele ressaltou o caráter aporético do desejo de extrair daí a verdade de um indivíduo, o qual permanece na esfera do incognoscível (Dosse, 2009).

Além de André Maurois, o debate sobre a renovação do gênero biográfico travado entre os europeus envolveu o alemão Emil Ludwig e o inglês Lytton Strachey. No Brasil, eles também foram consagrados como autores de biografias nas quais os personagens eram mostrados na grandeza e na miséria de suas condições humanas. Eles foram reconhecidos pelo público em geral e pelos especialistas por terem incorporado aos seus textos biográficos uma atitude crítica em relação aos valores éticos, estéticos e políticos que vigoravam no cenário europeu desde o final do século XIX (Gonçalves, 2009). Gastão Cruls, por exemplo, já em 1936, publicou um artigo em que reclamava a incapacidade brasileira de produzir “biografias modernas”, tais como as europeias. Na sua concepção, a ênfase deveria recair sobre a vida interior do personagem, definida como “conflito de paixões, entrecchoque de sentimentos, esperanças e desânimos, vitórias e derrotas, enfim todo o drama interior que agita as almas” (Cruls, 1936:12), e não somente sobre a sua exemplaridade. Em 1943, Edgard Cavalheiro também reivindicou a humanização dos personagens das biografias e empreendeu duras críticas às “biografias vitorianas”, recorrendo àquela tríade de autores modernos: Maurois, Strachey e Ludwig (Cavalheiro, 1943).

Mas conforme Werneck (1996), as duas obras que se tornaram paradigmas da renovação da atividade biográfica brasileira no campo dos estudos literários e da historiografia foram *Machado de Assis. Estudo Crítico e Biográfico*, de Lúcia Miguel Pereira, publicada em 1936, e *Bernardo Pereira de Vasconcelos e seu tempo*, de Octávio Tarquínio de Sousa, publicada em 1937. O modelo do romance era, para Lúcia Miguel Pereira, a forma ideal para tratar da vida privada e dos laços sentimentais que envolviam o personagem. Mesmo nas biografias históricas, a biógrafa defendia o contato com o romance (Pereira, 1937). Para ela, os fatos observáveis, palpáveis, ostensivos, poderiam ter pequena repercussão no íntimo e na essência da personalidade. Seriam as tendências apenas indicadas, os sonhos desfeitos, os encontros fortuitos os mais importantes e férteis materiais para a biografia. O que ela pretendeu fazer foi uma “biografia do espírito” de Machado de Assis. Ela quis interpretá-lo e compreendê-lo em seus próprios termos (Pereira, 1939).

Para Octávio Tarquínio de Sousa, este “contato com o romance” deveria ser controlado pela essência histórica da obra. Para ele, o estudo biográfico seria em seus fundamentos e em sua técnica obra histórica e deveria apoiar-se sempre em fatos e

documentos, embora não prescindisse da imaginação e da estética literária para a recriação da vida que se extinguiu e a restauração do tempo que passou (Sousa, 1952). Com Octávio Tarquínio, a relação do biógrafo com a verdade histórica começava a sofrer a interferência de uma perspectiva que submetia a biografia à historiografia e levava em conta a especificidade do conhecimento histórico.⁴ Em *A verdade na biografia*, publicado em 1945, Luiz Viana Filho reconheceu que o biógrafo nunca experimentaria o sentimento de satisfação de um matemático seguro da exatidão dos resultados. Ao contrário, estaria sempre imerso no erro e na dúvida devido à sua incapacidade de discernir e destrinchar o que há de complexo em qualquer existência (Vianna Filho, 1945).

O esforço para afastar o gênero biográfico do romance e aproximá-lo da história se intensificou a partir de meados da década de 1950, com os chamados “biógrafos documentaristas”. Para Werneck (1996), esta virada no ofício do biógrafo foi ditada por Raimundo Magalhães Júnior. Ele empreendeu uma crítica radical aos trabalhos biográficos de base psicológica dos anos 1930 e propôs um confronto entre a “verdade psicológica” e a “verdade biográfica” do personagem, esta última supostamente presente nos arquivos pessoais inexplorados. Mesmo quando foram abertas as gavetas particulares dos biografados e seus papéis arquivados em instituições públicas, como a Biblioteca Nacional e a Academia Brasileira de Letras, o caminho trilhado pelos biógrafos continuava a ser aquele que levava ao encontro de documentos mais ou menos restritos (Werneck, 1996). Magalhães Júnior impunha, então, uma nova tarefa biográfica: sustentar, com documentos escritos, toda e qualquer informação a respeito da vida do biografado. Herdeiros do “documentarismo positivista”, os autores que produziram neste período se apresentavam como “profissionais da biografia”. A interpretação do fato interior do biografado deixou de fazer parte da agenda do biógrafo modelo. O que era imprescindível a uma boa biografia era a capacidade do biógrafo de encontrar documentos e a sua habilidade de organizar os arquivos.

Mas não podemos ignorar que as críticas às biografias romanceadas já estavam fortemente presentes na década de 1940, sobretudo nas avaliações de Álvaro Lins. Suas ponderações sobre a epidemia e a renovação do gênero biográfico foram tratadas por Gonçalves (2009). Segundo a autora, as considerações do crítico destoaram muito das opiniões eufóricas em torno da biografia moderna. Álvaro Lins percebia a fusão da

biografia com o romance como antinatural, uma “mistura híbrida que chocava o gosto artístico”. Na sua concepção, a biografia deveria ser fiel à história, amparada por documentos e por dados concretos, limitada pela verdade, a exatidão e a justiça. A intuição do historiador e do biógrafo seria uma intuição racional e objetiva, diferente da intuição artística. Portanto, o sucesso editorial do gênero biográfico renovado não poderia ser tomado como parâmetro de qualidade, pois, para Álvaro Lins, estas obras não passavam de “literatura industrial” (Gonçalves, 2009).

A crítica em geral parecia ainda oscilar a inscrição da biografia entre o campo literário e o campo historiográfico. A primeira edição do livro *Um Estadista da República*, biografia que Afonso Arinos de Melo Franco escreveu sobre seu pai, traz na orelha do segundo e do terceiro volumes a opinião dos principais críticos do período sobre a biografia de D. Pedro I escrita por Octávio Tarquínio de Sousa. Esta biografia foi publicada na mesma Coleção Documentos Brasileiros, em 1952, três anos antes da obra de Afonso Arinos. Pela opinião da crítica, aparte o preciosismo dos depoimentos, é possível ter uma idéia dos critérios que distinguiam uma boa biografia no início dos anos 1950.

Entre aqueles que destacaram o caráter histórico da obra, figuram Plínio Barreto, José Lins do Rego, Vivaldo Coaracy, Pedro Calmon e Oscar Mendes. Para Plínio Barreto, o livro de Octávio Tarquínio é definitivo, pois “não se poderia levar mais longe do que o ilustre historiador levou o trabalho de pesquisas, a probidade na documentação e a arte do desenvolvimento da biografia”. Barreto chega mesmo a afirmar que “difícilmente se poderá dizer, doravante, coisas novas a respeito do imperador e do seu reinado”, tal é a confiança depositada na documentação utilizada. José Lins do Rego afirma que Octávio Tarquínio de Souza conseguiu modificar a figura que a “história convencional” havia falseado. Agora, ele afirma, aparece o Pedro I “como realmente foi e não como a nossa imaginação o tinha composto”. Para Vivaldo Coaracy, na obra de Octávio Tarquínio “o biógrafo é apenas a aparência externa do historiador escrupuloso, com o sentimento da filosofia da história”.

Houve, entretanto, aqueles que ressaltaram o espectro criativo da obra, a valorização da vida interior do biografado e de sua psicologia, aliada à retórica literária. Entre eles, Cândido Mota Filho, Sérgio Milliet, João de Barros e Rubem Braga. Para João de Barros esta é uma obra “de magistral penetração psicológica e de rigorosa

erudição (...) perfeita, verdadeira e completa biografia”. Cândido Mota Filho enfatiza a vida interior do biografado resgatada por Octávio Tarquínio: “(...) o que desde logo domina o nosso espírito, após a leitura dos três volumes, é, mais do que o problema histórico, o problema humano que o imperador desperta, no jogo de suas contradições”.

Conclui-se que distintos projetos de escrita biográfica estiveram presentes no campo intelectual brasileiro. De um lado, os defensores do critério histórico e científico na avaliação de uma boa biografia, preocupados com a verdade empírica de suas fontes e desconfiados da capacidade do historiador de encontrar a “verdade psicológica” de seus personagens; de outro, aqueles para quem a biografia deveria se utilizar de uma documentação copiosa e da interpretação dos fatos com o critério histórico, mas aliando a isto a expressão da vida interna do biografado, manifestada numa necessária retórica literária.

É a partir de sua inserção neste contexto intelectual marcado pelos polos histórico e psicológico na configuração de biografias que nos propomos analisar a obra de Afonso Arinos sobre a vida de seu pai, *Um Estadista da República: Afrânio de Melo Franco e seu tempo*. Até que ponto o debate em torno do método biográfico travado entre os intelectuais daquele período influenciou a sua produção? Em que medida os elementos modernos da escrita biográfica estiveram presentes em sua narrativa? Como ele se posicionou em relação aos aspectos romanceados da biografia moderna e as exigências de cientificidade da história? Além disso, procuramos perceber os interesses subjetivos de Afonso Arinos ao escrever a biografia de seu pai. Consideramos que a escolha do seu personagem, para além do interesse filial, se ajustou ao seu projeto político de promover a modernização da elite dirigente brasileira: com os olhos voltados para o futuro, ele previa a desestabilização social das elites aristocráticas do passado caso não houvesse uma atualização de suas estratégias de ação e de seu discurso.

O método histórico-biográfico de Afonso Arinos

Os textos histórico-biográficos de Afonso Arinos compreendem três grandes obras: *Um soldado do Reino e do Império; vida do Marechal Callado* (1942), *Um Estadista da República: Afrânio de Melo Franco e seu tempo* (1955) e *Rodrigues Alves: apogeu e declínio do presidencialismo* (1973), além de pequenos perfis biográficos

escritos para a comemoração de centenários de nascimento ou morte, discursos parlamentares ou conferências. Joaquim Nabuco, José Bonifácio, Bernardo Pereira de Vasconcelos, Afonso Pena, Alexandre de Gusmão, Proust, foram alguns dos personagens enfocados por Afonso Arinos. Ávido leitor de Montaigne, ele seguiu o seu modelo de “ensaio biográfico” para compor estes perfis: um escrito geralmente breve, onde não só era permitido como se deveria introduzir uma opinião pessoal e um juízo de valor sobre a vida do personagem. Na biografia que escreveu de seu pai, entretanto, o esforço deveria ser outro, a começar pelo denso aparato documental que ela exigia. As 1.627 páginas escritas entre 1944 e 1955 o comprovam.

Um Estadista da República: Afrânio de Melo Franco e seu tempo foi publicado pela Coleção Documentos Brasileiros exatamente 18 anos depois que esta mesma coleção lançou *O índio brasileiro e a Revolução Francesa*, em 1937, considerado um marco na carreira intelectual de Afonso Arinos. Para os editores da Livraria José Olympio, a publicação desta biografia foi a prova definitiva do espírito de historiador que sempre acompanhou o autor. Na visão deles, a obra não tratava apenas da vida de um personagem importante da política brasileira. A documentação copiosa, em grande parte inédita, utilizada por Afonso Arinos, teria sido interpretada com argúcia e originalidade, permitindo a composição de um vasto painel da história brasileira. Foi com esta obra que Afonso Arinos inscreveu o seu nome entre os historiadores mais prestigiados do período.

A exposição das motivações que levaram o biógrafo a acompanhar a vida do biografado e a escrever sua trajetória faz parte, conforme observou Dosse, do “contrato de leitura” do biógrafo com o leitor: “essa prática de expor as intenções é bastante clássica, mas assume no gênero biográfico uma importância singular que a transforma num rito quase obrigatório” (Dosse, 2009:95). Afonso Arinos não fugiu à regra: ele relatou que se sentiu inspirado para escrever a biografia de seu pai quando, estando em Genebra para um tratamento de saúde, iniciou a leitura de *Um Estadista do Império*, de Joaquim Nabuco. Ele observou que esta sua vaga aspiração foi se transformando em um programa literário à medida que foi amadurecendo intelectualmente, pois pôde perceber a importância objetiva de tal obra, independente do interesse sentimental. Ele contou que nunca chegou a comentar sua intenção com o pai, pois temia prejudicar a naturalidade das suas relações. Um amigo em comum, no entanto, sabendo as intenções

de Afonso Arinos, contou ao pai os planos do filho. Afrânio, por sua vez, guardou consigo a surpresa da informação. O fato é que, apenas depois da morte de Afrânio, Afonso Arinos soube que o amigo havia comunicado a seu pai o plano da biografia. Viu-se, então, com o compromisso “irretratável” de levar a cabo o empreendimento (Franco, 1955).

O trabalho que se iniciou a partir daí começou pela organização dos arquivos pessoais de seu pai. Os primeiros meses de 1943 foram dedicados a esta tarefa. Ele utilizou não só a documentação do arquivo, como depoimentos orais de amigos e figuras próximas ao pai. Afonso Arinos teve a preocupação em anotar a data do início e do término de cada um dos 16 cadernos manuscritos,⁵ pois assim, segundo ele, se poderia acompanhar com exatidão os períodos de atividade e langor na composição do livro, que levou 11 anos para ficar pronto. A “demora” foi justificada por algumas passagens da vida de Afonso Arinos que emperraram a escritura. Como exemplo, ele citou o movimento em torno do Manifesto dos Mineiros, que lhe resultou na demissão do Banco do Brasil e na necessária dedicação a atividades mais “comerciais”, como o trabalho na imprensa e com traduções (Franco, 1955).

Presumindo o esforço, a resistência e a dedicação que teria que dispensar à obra, Afonso Arinos interrompeu a seção de crítica literária que mantinha no *Diário de Notícias*, do Rio de Janeiro. Antes, porém, justificou sua saída num artigo intitulado *Adeus à crítica*, publicado em 10 de janeiro de 1943, no qual afirmou o compromisso imposto pela morte do pai. Neste texto que antecedeu o início de seus trabalhos como biógrafo, nota-se já traçado o esboço do livro. Afonso Arinos apresentou as partes que iriam compor a biografia – “fase provincial”, “fase nacional” e “fase internacional” – e os principais aspectos a abordar em cada uma delas. O artigo foi parcialmente reproduzido na Introdução do primeiro volume de *Um Estadista da República*.

Nas décadas de 1940 e 1950, Afonso Arinos já participava ativamente da vida política brasileira, seja através do grupo arregimentado em torno do Manifesto dos Mineiros ou de suas sucessivas legislaturas. Com este viés militante, o sentido atribuído à história no pensamento de Afonso Arinos não se restringia de modo algum a uma provável e simples revivência da noção clássica de *historia magistra vitae*. Para Lattman-Weltmann, a celebração dos valores éticos promovida por Afonso Arinos nesse período não se pretende resumida à reprodução de um sentido moralista estático, ou

seja, de um conjunto atemporal de valores. Pelo contrário, ele procura estar em sintonia com o seu tempo, distinguir o “atrasado” daquilo que é “moderno”. Nesse sentido, “*a ideia de progresso passa a coincidir com a própria noção de moralização: ser moral é, também, estar em sintonia com o avanço histórico*” (Lattman-Weltmann, 2005:45). O passado deixa de ter valor por si mesmo e é atualizado em função do presente.

Esta percepção filosófica da história informou uma nova atitude diante da historiografia. Por um lado, as personagens biografadas por Afonso Arinos foram todos homens públicos, cujas relações com o Estado e a comunidade nacional delimitavam o espaço das relações que marcavam o meio e a época na qual o indivíduo era situado. Esta perspectiva era devedora da forma tradicional de biografar estadistas e escrever a história política nacional. Por outro lado, o autor também manifestava a intenção de retratar os “estados d’alma” de seu biografado, suas angústias e incertezas, suas qualidades e defeitos, lançando mão da “imaginação criadora” na configuração de sua narrativa. Foi sob esse ponto de vista que apareceu a dimensão moderna do seu empreendimento. Os elementos da nova biografia não só tornavam o seu texto mais atraente, como ainda cumpriam a função de adequar seu personagem aos anseios de seu projeto político, pois quanto mais sua personagem se apresentava em crise diante de seu tempo, mais assinalava a necessidade de se ajustar às transformações de seu presente.

Se a volumosa produção biográfica a partir dos anos de 1930 não contou com um método padrão, ora se arremetendo em torno da literatura, ora seguindo o método historiográfico, em *Um Estadista da República* é possível notar como Afonso Arinos manteve um diálogo aberto com os recursos literários disponíveis. Isso levou Pedro Nava a afirmar que na escrita biográfica do amigo estão as melhores páginas do seu estilo literário de “mestre da frase a um tempo clara e barroca, cristalina e suntuosa” (Nava, 1983:42). Mas este acesso à literatura não significou o trânsito livre em direção a uma narrativa romaneada ou ficcional. Para Afonso Arinos, uma biografia se faz com as técnicas da historiografia. Ela trabalha com normas e métodos, e está presa à verdade documental e aos depoimentos orais (Franco, 1955).

A biografia moderna, portanto, não deixava de ser histórica e guardava as limitações que esta impunha. Afonso Arinos fez uma “biografia histórica psicologizante”, mas utilizou a sua “arte de escrever” mais a favor da história que da literatura. Isto esteve presente na sua preocupação com os arquivos, com os

depoimentos, com a leitura de outras obras de caráter histórico e biográfico, enfim, com todo o aparato metodológico que garantiria à história o *status* de científica. Por causa dessa concepção, sua primeira tarefa após a resolução de escrever a biografia foi ordenar a documentação pessoal do pai. Mesmo desconhecendo as técnicas arquivísticas, Afonso Arinos organizou por si mesmo os documentos, distribuindo-os cronologicamente e, dentro do tempo, separando-os por assuntos. Esta foi a própria estrutura do livro: sua organização é cronológica, mas subdividida por tópicos temáticos.

Entretanto, Afonso Arinos não abriu mão da “imaginação criadora” na composição da obra. Em alguns momentos, nos deparamos com diálogos diretos entre os personagens como, por exemplo, o diálogo entre Artur Bernardes e Antônio Carlos: “No dia da reunião, Bernardes, conversando em palácio com Antônio Carlos, disse-lhe a certa altura: ‘Estive refletindo e acho que a solução só pode ser o meu nome’. ‘É um caso a considerar – retruca o sutil Andrada. – Vamos almoçar, ‘seu’ Bernardes’” (Franco, 1955:1337). Este recurso insólito para uma obra historiográfica da década de 1950, mesmo pertencente ao gênero biográfico, era comum, no entanto, nas obras ficcionais. Ele também foi muito utilizado nas biografias romanceadas dos anos anteriores. Era uma estratégia útil para envolver o leitor na trama, mas para aqueles críticos documentaristas, este recurso podia comprometer a credibilidade histórica da narrativa. A “imaginação criadora” do autor também esteve presente na descrição minuciosa dos cenários, do mobiliário, dos gestos e hábitos de comer, viajar e se portar.

Em sua biografia, Afonso Arinos seguiu um programa biográfico clássico, que abarcou uma sequência cronológica linear (antepassados, nascimento, infância, mocidade, maturidade, velhice e morte). Ele entrelaçou dois fios para tecer a trama da biografia: o da vida individual e o da história externa. Esta última funcionou como o fundo à frente do qual se posicionou o modelo. Segundo Rouanet, sem ele, o retrato seria fantasmagórico, pois estaria descontextualizado, sem referências de espaço e tempo (Rouanet, 1993:398). Afonso Arinos procurou o equilíbrio entre o plano coletivo e o individual.

O que podemos inferir do método biográfico de Afonso Arinos também está presente nas suas referências a duas obras modelares, para ele paradigmáticas, que compõem o “contexto pertinente”⁶ do livro: *Um Estadista do Império: Nabuco de*

Araújo, sua vida, suas opiniões, sua época, de Joaquim Nabuco, publicada em 1897, e *Vida de Samuel Johnson*, de James Boswell, publicada em 1791. A referência ao livro de Nabuco é direta, não só em razão do título, mas também por serem ambas “literaturas da paternidade” ou biografias de pais ilustres. Já a alusão ao livro de J. Boswell está presente na introdução de *Um Estadista da República*. Afonso Arinos afirmou que *Vida de Samuel Johnson* era seu “exemplo insuperável” de biografia.

Na concepção de biografia de Boswell, o biógrafo fica livre para avançar sobre a vida doméstica do biografado e realizar uma investigação íntima da sua trajetória. A apreensão da vida cotidiana do personagem se dá através de uma *rede de proximidades* tecida pelo biógrafo. Boswell era secretário de Samuel Johnson e o acompanhava em suas viagens e no dia-a-dia. Ele era capaz de perceber o impacto dos episódios na alma de Johnson, seu humor, seu espírito. A “fórmula boswelliana” poderia ser definida como

fazer reviver, unir ao relato a descrição pitoresca, multiplicar as cenas para produzir a ilusão de movimento e a impressão da presença, tentar atingir a verdade total, não somente através da imparcialidade do ponto de vista, mas também através da riqueza documental e da extensão da camada verbal (Madelénat, 1984:56 apud Werneck, 1996:43).

Afonso Arinos apropriou-se do método de Boswell em sua biografia sobre seu pai. Na Introdução da sua obra, ele defendeu a idéia de que a parcialidade era inerente ao gênero biográfico e confirmou esta tese citando uma passagem da *Vida de Samuel Johnson*, em que Boswell afirmava que ninguém podia escrever a vida de um homem se não tivesse comido, bebido e vivido em relação social com ele. Em várias passagens do livro, Afonso Arinos fez o papel de “testemunha ocular” dos fatos narrados, enfatizando sua rede de proximidade com o personagem. Ele esteve presente em importantes momentos da vida pública de Melo Franco, acompanhou-o em viagens e realizou trabalhos de secretário. Ele testemunhou como a voz de seu pai se transformava nos discursos e como era arrebatado por um descomedimento nervoso ao ser ferido ou desrespeitado. Afonso Arinos sabia o que o irritava e o que o emocionava. Na vida privada, sentiu com ele a morte dos familiares, compartilhou seus problemas e aflições. Enfim, “comeu, bebeu e viveu” em contato social com seu biografado.

Com o livro de Joaquim Nabuco, *Um Estadista do Império*, a obra de Afonso Arinos também manteve um diálogo metodológico. Assim como Nabuco traçou um

painel da política imperial brasileira ao mesmo tempo em que narrou a vida do pai, Afonso Arinos também pretendeu oferecer em sua obra “um painel de narração, interpretação e crítica do primeiro meio século de vigência do regime republicano no Brasil” (Franco, 1955:XV). A obra de Joaquim Nabuco foi uma referência tão fundamental para Afonso Arinos que ele se apressou em justificar quando seu livro se afastava do modelo. Ao fazer os “retratos escritos” dos personagens políticos da época, ele lamentava não poder oferecer as “telas admiráveis”, os “fortes retratos humanos” que Joaquim Nabuco expôs no seu livro. Isso porque, Afonso Arinos justificava, ele tinha de traçar o perfil de personalidades ainda vivas à época em que ele escrevia o livro. Nabuco, ao contrário, teria se beneficiado dos traços definitivos e afastados de controvérsias e paixões, propiciados pela morte dos personagens. Por isso, ao tratar dos vivos, Afonso Arinos adotou a estratégia de enfatizar mais a narrativa de episódios e menos a apreciação de personalidades. Mas ele lembrou que, às vezes, os episódios vividos e provocados por um homem podiam ser o elemento mais revelador da sua *psicologia*.

Afrânio de Melo Franco e a conciliação entre as elites

Na narrativa de Afonso Arinos, ele não só ordenou os inúmeros eventos da vida de seu biografado, dando unidade e coesão à sua trajetória e personalidade, como também configurou o seu mundo histórico. Em *Um Estadista da República*, Afonso Arinos partiu de um evento intelectual e individual para descobrir, no seu interior, a trama política dos primeiros anos da República no Brasil. Para os críticos, essa obra não só estabeleceu um paradigma do ponto de vista da concepção de uma biografia, como também se transformou em uma obra de referência para o estudo da Primeira República brasileira. Ângela de Castro Gomes e Marieta de Moraes Ferreira (1998), ao fazerem o balanço da historiografia sobre a Primeira República, se referem à obra de Afonso Arinos como um trabalho clássico pelo pioneirismo da sua contribuição à história republicana.

Mas além de uma importante fonte secundária para o estudo dos primeiros anos da República no Brasil, *Um Estadista da República* revela os problemas impostos à elite dirigente brasileira no momento da democratização que marcou a época da produção do livro (entre 1944 e 1955). Diante de uma nova elite urbana e industrial, Afonso Arinos

propôs uma mudança efetiva nas estratégias de ação e no discurso da classe dirigente brasileira. Embora fosse avesso a mudanças mais sérias, ele se empenhou na modernização das elites tradicionais e na sua conciliação com os novos grupos urbanos para impedir que houvesse uma ruptura radical. Essa implicação do biógrafo na biografia de outrem foi percebida por Dosse como uma prática comum. Lembrando Philippe Lejeune, ele observa que a biografia não é escrita a partir de uma exterioridade total e que a ambição de objetividade do biógrafo se confunde com a parcialidade e os fundamentos ideológicos de seu projeto (Dosse, 2009:96).

Desde a década de 1940, Afonso Arinos estava engajado na construção de um projeto político moderno e liberal para o Brasil. Ele se posicionou como vanguarda do movimento de democratização brasileira assinando e colaborando na redação do Manifesto dos Mineiros, lançado em 24 de outubro de 1943. Embora não apresentasse qualquer proposta concreta para a derrubada do Estado Novo, o Manifesto ficou marcado como um dos elementos decisivos para a queda do regime ditatorial de Getúlio Vargas. Esta foi a primeira ação ostensiva das “elites liberais”, até então ausentes de qualquer manifestação pública. Embora o Manifesto apresentasse um aspecto oportunista para recuperar a iniciativa política em face das pretensões democratizantes de Getúlio Vargas, sendo um elemento sutil de luta pelo poder, ele atacava a máquina ditatorial que havia tomado conta da vida política do país (Benevides, 1981).

A nova geração da velha tradição aristocrática de políticos brasileiros, entre os quais Afonso Arinos se incluía, se viu diante de um novo desafio: conciliar a defesa da democracia com a ampliação de seu próprio poder político. O Manifesto dos Mineiros exprimiu a defesa puramente formal das liberdades democráticas. O documento foi sintomático das ideias, artifícios e fórmulas ativadas pela retórica comum àquela elite política. Os problemas fundamentais que a nova democracia deveria enfrentar, como a ampliação da participação política da população, não foram mencionados.

A ambiguidade da democratização proposta neste momento foi a herança liberal que a União Democrática Nacional (UDN) herdou, partido que Afonso Arinos ajudou a fundar. Na época de sua criação, ele surgiu como um movimento agregador das mais variadas tendências políticas e raízes históricas: desde as oligarquias depostas com a Revolução de 1930, até os grupos de esquerda de tendência socialista (Benevides, 1981). Nesse “partido repartido” que a UDN representava, Afonso Arinos assumiu o

papel de liderança do seu grupo. A família Melo Franco se situou entre aqueles antigos aliados de Getúlio Vargas que foram marginalizados logo após 1930. Eles representavam o setor oligárquico excluído e que constituíam uma forte oposição nos estados.

Portanto, a UDN representava para as elites desalojadas do poder a saída mais viável, mesmo não havendo ainda um programa ou compromisso real de democratização do país. A UDN era um partido sem coesão, dividido entre o seu papel de oposição liberal e as suas raízes sociais elitistas e conservadoras. As ações de Afonso Arinos demonstraram uma preocupação em modernizar as elites tradicionais do passado arregimentando-as em torno da UDN para que elas pudessem permanecer ativas em seu tempo.

Assim, no contexto das experiências de Afonso Arinos, o resgate da figura de Afrânio de Melo Franco foi exemplar, pois ele também teria agido no interior da luta entre dois grupos durante um contexto de formação das novas correntes políticas em Minas Gerais. Em seu tempo também teriam colidido duas tendências antagônicas: a dos republicanos históricos e a dos adesistas monárquicos. Segundo Afonso Arinos, os republicanos históricos do final do século XIX representavam a zona agrícola do café e os adesistas monárquicos se identificavam com a decadente mineração. Os primeiros lutavam por uma participação política condizente com seu poderio financeiro, os outros tentavam permanecer ativos politicamente, alheios ao próprio declínio econômico:

A luta dos republicanos históricos contra os adesistas não passava, afinal, da luta entre duas regiões econômicas de Minas, pela supremacia política. A zona agrícola, fundada no café, tentava arrebatar o poder político das mãos dos representantes da velha zona decadente da mineração, como de fato o fez, mais tarde. Ora, a Mata e o sul eram precisamente as zonas agrícola novas, cuja expansão econômica estava exigindo poder político (Franco, 1955:230).

Afonso Arinos identificava os republicanos históricos com os novos agentes industriais e urbanos que, em sua época, reivindicavam maior influência nas decisões políticas, ao passo que os adesistas monárquicos eram comparados à velha elite aristocrática que resistia a abrir mão de seus privilégios e do poder político.

Politicamente, Afrânio de Melo Franco esteve sob a proteção de um adesista monárquico: Cesário Alvim. Além de seu sogro, Alvim era fazendeiro e tinha sido deputado em quatro legislaturas durante o Império. Adesista de última hora aos ideais republicanos, ele acabou se tornando governador de Minas Gerais por indicação de Deodoro da Fonseca. Tanto

ele quanto Afrânio compartilhavam, segundo Afonso Arinos, um caráter dúbio, uma indefinição no modo de ser, decorrente do fato de representarem os interesses políticos da nova Minas agrícola e pecuarista, mas psicologicamente serem da tradição da Minas do ouro e das pedras. Em relação a Alvim, esta característica foi explicada pelo duplo contexto político em que ele atuou, o da Monarquia e o da República. Já Afrânio era natural de uma cidade que, segundo Afonso Arinos, teria participado de dois ambientes distintos desde o século XVIII: o da pecuária e o da mineração. Esta particularidade da cidade de Paracatu teria configurado a dupla atmosfera cultural em que nasceu o seu personagem: a da vida requintada e luxuosa da mineração e da formação social igualitária da criação. Eram estas influências formadoras e contrastantes que explicariam os traços psicológicos de Afrânio de Melo Franco (Franco, 1955:14). Entretanto, a plasticidade necessária para agir nos novos tempos os diferenciava. Embora Alvim tenha aderido à República no alvorecer do regime, sofria a pressão dos republicanos históricos. Ele foi obrigado a renunciar ao governo de Minas, acusado de ser um representante das velhas estruturas monárquicas e de ter traído a tradição mineira de defesa da liberdade (Franco, 1955:189).

Quando Afrânio ingressou efetivamente na política como deputado estadual, em 1902, Cesário Alvim já estava afastado da política e suas relações se restringiam ao contato familiar. Teriam sido três os homens que, então, orientaram seus primeiros passos na vida pública: seu pai, Virgílio de Melo Franco; seu tio, Néelson Pimentel; e seu primo Eduardo Pimentel; todos de Paracatu. Afonso Arinos reconheceu que esta era a mais legítima tradição oligárquica da política brasileira, pois Eduardo Pimentel continuava a política “benfazeja e solícita” de Virgílio em relação à terra natal, da mesma forma que este continuava a ação dos seus antepassados, tios, avô e bisavô:

Eduardo Pimentel se filiara naturalmente à tradição do seu parente, Virgílio de Melo Franco, cuja longa vida pública e política se coroava agora numa espécie de senatoria estadual vitalícia. Virgílio ausente, em Belo Horizonte, tinha em Eduardo seu representante e continuador. E Eduardo teve em Afrânio seu discípulo e seguidor. A tradição da política familiar, política patriarcal, tão típica da formação brasileira, transmitia-se, assim, em Paracatu, do Império à República, como já se transmitira da Colônia ao Império (Franco, 1955:304).

A identificação de Afonso Arinos com seu pai era total. Para Dosse, esse tipo de identificação do biógrafo com o biografado corresponde a uma assimilação da situação

histórica vivida pelo personagem ao que se passa no presente do biógrafo. De fato, em nota, Afonso Arinos ressaltou que esta política familiar seria “um fato de nossa formação”. No momento em que o autor escrevia estas páginas, era justamente esta tradição oligárquica e aristocrática das elites do passado que precisava ser superada. Ele ainda hesitava em subjuga-la, em romper com este passado ibérico, por isso propunha novas estratégias de ação para que ela pudesse continuar ativa em seu tempo.

Segundo Afonso Arinos, embora Afrânio preservasse em seu espírito o “requite”, a “polidez intelectual e social” dos homens das regiões mineradoras no século XVIII (diferenciando-se, assim, da “linha rígida e intolerante dos políticos da Mata”), ele apresentava sempre sugestões inovadoras e progressistas para a política do período. Um recurso muito utilizado por Afonso Arinos para dar identidade à personalidade de Afrânio foi o estabelecimento de um jogo de contrastes com outras personalidades do mesmo meio. Para muitos críticos, Afonso Arinos soube desviar a atenção para as demais personagens históricas, ampliando o seu mural histórico e evitando a acusação da exaltação apologética, explicável pela sensibilidade filial.⁷ Entretanto, não se pode negar que Afonso Arinos desfigurou e deformou pessoas e fatos do tempo de seu pai para melhor destacar a sua figura singular. Oswaldo Aranha, em correspondência enviada ao autor em 23 de julho de 1955, o acusa de escrever a sua obra com a técnica de contrafação da realidade:

o seu livro pinta um Brasil tão deprimido, triste, pequeno e medíocre e uma época tão insignificante, marcada por homens aventureiros, ignorantes e insensatos que, em verdade, meu caro, não seria difícil, nele e entre eles, destacar-se um homem que, com v. diz, ‘sua qualidade maior era mesmo a inteligência’ (Carta de Oswaldo Aranha a Afonso Arinos em 23/07/1955. CPDOC. Fundação Getúlio Vargas).

As supostas posições liberais e modernas de Afrânio eram explicadas por sua vivência em outros meios. Antes de se tornar deputado estadual, Afrânio já havia atuado como secretário de legação do Brasil no Uruguai e na Bélgica. Assim,

a passagem pela diplomacia, os contatos com o meio e o pensamento estrangeiros, tinham acentuado as tendências naturais do seu espírito aberto e progressista, contrastando com a prudência excessiva daquele grupo político mineiro, mal saído do invólucro colonial de Ouro Preto (Franco, 1955:358).

Afonso Arinos dirigia suas críticas aos tipos “autoritário” e “semiditatorial” que representavam o ruralismo brasileiro. Estes políticos “matutos” possuíam uma “retórica

provinciana” e propunham soluções arcaicas para os problemas políticos. Afrânio era o “intelectual”, o “bacharel da cidade”, cujas propostas revelavam um acerto apenas teórico, pois o tempo ainda não permitia a aceitação das teses daquele “incessante precursor”. Afrânio tomava a dianteira política na fase provincial da sua trajetória pública. Segundo Afonso Arinos, ele “se dirigia ao futuro; a um futuro que ainda não chegou” (Franco, 1955:443).

Para Afonso Arinos, este futuro era, sobretudo, urbano e democrático. As divergências entre Afrânio e a maioria de seus colegas deputados se explicavam porque

Um era o bacharel urbano, habitante da capital, antigo diplomata, deputado que chegara à Câmara sem ter sido vereador, nem presidente do Legislativo local, nem agente executivo; sem ter atravessado, em suma, os pontos de escala mais ou menos forçados para a ascensão política. Os outros, senão na totalidade pelo menos em enorme maioria, chegavam a Belo Horizonte com seus ternos de cerimônia ainda vincados pelas dobras, ainda cheirando à naftalina das arcas e baús. Residiam nos pequenos burgos municipais, quando não em fazendas dos distritos. Suas vidas, sua moral, sua cultura, estavam intimamente misturadas com os interesses, os preconceitos, as paixões locais (Franco, 1955:447).

Afrânio estaria nos antípodas da posição ruralista, embora economicamente se identificasse com ela: “era o jurista, o teórico, o intelectual sempre afastado do contato direto com o eleitor rural”. Entretanto, ele possuía um espírito capaz de dar forma aos “impulsos desordenados que subiam do povo” (Franco, 1955:449). Era preciso satisfazer as necessidades do corpo coletivo dos eleitores e, na Câmara Federal, Afrânio de Melo Franco propôs vários projetos que atendiam as demandas populares. Ele teria colocado em discussão projetos como o da assistência à infância abandonada e da punição de delitos sexuais, especialmente o do tráfico de mulheres; votou favoravelmente ao projeto de lei que definia a carga horária dos trabalhadores operários em 8 horas diárias e proibia o trabalho noturno nas fábricas; preocupou-se com a situação jurídica dos índios e se empenhou na realização de reformas eleitorais apoiando, inclusive, o voto feminino. Para Afonso Arinos, o pai possuía uma particular sensibilidade para perceber as mudanças que o presente impunha. Aos poucos ele se convenceu da necessidade de uma transformação das instituições brasileiras. Esta convicção o faria participar, mais tarde, da movimentação varguista em 1930. Afrânio notava que a estrutura política oligárquica não resistiria aos novos agentes econômicos e que era preciso conciliar os interesses das elites em jogo garantindo o equilíbrio dos estados:

A diversificação da economia nacional tornava impossível a manutenção da estrutura política, apoiado no tradicional binômio mineiro-paulista, que era, afinal, o binômio do café. A industrialização, embora incipiente, a imigração, a urbanização e outros fatores

exigiam possibilidades maiores de intervenção nas decisões políticas, o que só se poderia dar com o aparecimento de um sistema eleitoral que assegurasse garantias de autenticidade ao sufrágio (Franco, 1955:1053).

Em *Um Estadista da República*, Afonso Arinos agencia aqueles episódios que são mais significativos para mostrar o “caráter jurídico”, o “liberalismo congênito” e o “republicanismo genuíno” das ações de seu pai. A “República ideal” para o Brasil, segundo o autor, era a norte-americana, pois havia conseguido lidar com o tema do relacionamento entre virtude e extensão geográfica através da fórmula do federalismo. Para Afonso Arinos, o esforço de Afrânio durante toda a sua carreira foi assegurar, juridicamente, a unidade política e econômica dos estados sem abafar a diversidade. A República Federativa, tal qual a norte-americana, bastava para garantir a homogeneidade política no meio da variedade dos interesses econômicos e das circunstâncias e costumes da população. A luta de Afrânio foi, segundo seu filho, para assegurar o desenvolvimento da pluralidade dos interesses dos estados e de suas elites dentro da legalidade das instituições, mantendo a imprescindível unidade nacional.

A “República real”, entretanto, seria personalista, violenta, despreocupada da legitimidade do poder e atraída pela demagogia que imperava no espírito dos homens públicos. Sua classe dirigente seria mestiça e, por isso, a sua forma usual de governo se afastava dos princípios de racionalidade e legalidade. Os seus impulsos primitivos eram a grande ameaça ao funcionamento do Estado republicano. Eles teriam de ser contidos por uma sólida base jurídica. Segundo Afonso Arinos, Afrânio de Melo Franco era a expressão do estadista comprometido com esta sustentação, mas proferia um canto quase solitário em meio aos “políticos matutos” da Primeira República brasileira.

Afrânio seria o “político ideal”, pois mesmo nos momentos de efervescência política e de tumultuosas transformações, conservava os traços do seu feitio “ordenado”, “claro”, “lúcido” e suas qualidades de líder parlamentar. Num ambiente hostil às leis, ele teria permanecido coerente com seus princípios jurídicos, mesmo que para isso tivesse que se omitir. Estas características deram identidade à personalidade de Afrânio e, ao mesmo tempo, compuseram o conjunto de virtudes consideradas necessárias à classe dirigente da República brasileira. Afrânio de Melo Franco conseguiu reunir um conjunto de características morais que fez dele uma singularidade em sua época e, para Afonso Arinos, um verdadeiro

“estadista” da República. Seu papel era o de transformar a sua verdade em vontade nacional, harmonizando os interesses elitistas sob o discurso de que “dava forma aos impulsos desordenados que subiam do povo”.

Ao escrever a biografia de seu pai, portanto, Afonso Arinos pretendeu ressaltar a trajetória de um político que teria sabido se desprender das amarras de um partido oligárquico, no qual teve início a sua carreira, para alçar-se na vida política nacional em um momento que parecia ser de transformações. Ele abandonou aquela organização viciosa onde não havia oposição e o poder estava nas mãos de um grupo sem personalidade política. Seus companheiros na Câmara provincial eram figuras inexpressivas, que viviam no esteio da vontade da máquina pública e do mandonismo, representantes do patriarcalismo e do caudilhismo. Afrânio não queria comandar, mas conduzir; não queria discorrer, mas estudar; não queria ser um simples líder político, mas um parlamentar (Franco, 1955:383). Afrânio era o “estadista” da República na medida em que se ocupava da administração dos “interesses públicos”, que eram os interesses dos diferentes grupos elitistas. Ele conciliava a “inauguração do futuro” com o “aproveitamento do passado”, harmonizando as novas necessidades da economia nacional com os valores humanos do passado. Por “aproveitamento do passado” Afonso Arinos entendia o prestígio de homens como seu pai, cujo significado político estava na contribuição intelectual que poderia prestar. Com a expressão “inauguração do futuro” ele se referia à necessidade de políticas públicas que não restringissem os incentivos ao café e nem atentassem contra a liberdade industrial (Franco, 1955:468).

Quando Afonso Arinos comparou a atuação política do pai com outros políticos de renome, como Rui Barbosa, Teixeira de Freitas e Joaquim Nabuco, era a capacidade de se ajustar ao seu tempo que os diferenciava:

se ele não podia criar juridicamente o futuro, como Teixeira de Freitas, nem construí-lo politicamente, como Rui; se não lhe era dado reviver o passado, como Nabuco, mais do que os três pôde compreender o presente. Daí o seu constante ajustamento ao tempo em que viveu (Franco, 1955:1617-1618).

O “estadista” ideal de Afonso Arinos, encarnado na figura do pai, era um homem afinado com o seu presente: “precisa ser realista, agir seguindo a linha predominante no seu tempo” (Franco, 1955:771). Apesar de Afrânio de Melo Franco ter se formado no campo tradicional e conservador da política estadualista, Afonso Arinos enfatizava que ele nunca foi

uma expressão dela, embora defendesse o seu interesse. Todo o seu livro procurou mostrar como seu pai teria sido uma figura marginal, diferente nos hábitos e discordante nas opiniões dos padrões vigentes. Esta característica explicava “a fácil sinceridade com que aderiu, apesar de idoso, aos propósitos renovadores dos mais jovens, dos homens da geração do filho” (Franco, 1955:1372).

Era esta força plástica que Afonso Arinos procurava oferecer à elite dirigente de sua época. Se a história não era mais a conservação e repetição de um passado que se queria preservar, as qualidades do político ideal seriam também atualizadas de acordo com a situação presente. É preciso ressaltar que Afonso Arinos não estava à procura de um “novo Afrânio de Melo Franco”. A tendência do seu presente era de ruptura com a política personalista e caudilhista de Getúlio Vargas. As qualidades do “estadista” eram antes as de uma elite, as disposições que a elite deveria e precisaria ter.

A proposta modernizadora de Afonso Arinos para as elites tradicionais era que elas se arregimentassem em torno de uma identidade partidária – a UDN – que soubesse conciliar os seus interesses com os da nova elite em ascensão (as “classes médias”). Ele definia a UDN, como “o partido com a cabeça na cidade e o corpo no campo” (Benevides, 1981:213). Segundo Benevides, na época da fundação do partido, ele surgiu como um movimento agregador das mais variadas tendências políticas e raízes históricas. A legenda reunia tanto os coronéis conservadores das áreas rurais, quanto a classe média liberal das cidades. Ela representou, para as elites desalojadas do poder, a solução mais viável após 1945, mesmo não havendo ainda um programa ou compromisso real com a democratização do país. A UDN tentou fazer com que as elites tradicionais se harmonizassem com as classes médias. Como Afrânio de Melo Franco, a UDN se caracterizaria pela sintonia com o avanço histórico, pela sensibilidade para perceber as necessidades do presente. Ela deveria proporcionar a unidade das elites na sua própria diversidade.

Portanto, foi movido pelas questões do seu próprio tempo que Afonso Arinos configurou um “espaço de experiências” e projetou “expectativas para o futuro” do Brasil através da biografia de seu pai. Fazia-se necessário, na sua avaliação do quadro político brasileiro das décadas de 1940 e 1950, imprimir uma atualidade àquelas virtudes que distinguiam os verdadeiros estadistas e, a partir destes princípios, traçar as linhas mestras que levariam a formação de uma elite culta, afastada do suposto irracionalismo mestiço, apta para

o exercício eficaz da política.

Referências

- ANDRADE, Carlos Drummond de. Um Estadista para a República. Folha da Tarde, Porto Alegre, 10/02/1977.
- BARBOSA, Francisco de Assis. Afonso Arinos, historiador da República. In: Afonso Arinos na UnB: Conferências, comentários e debates. Brasília: UnB, 1981.
- BENEVIDES, Maria Vitória de Mesquita. *A UDN e o udenismo: ambigüidades do liberalismo brasileiro 1945-1965*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.
- BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, Marieta de Moraes (org.). *Usos e abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: FGV, 2003. p. 183-191.
- CAVALCANTE, Berenice. *Passaporte para o futuro: Afonso Arinos de Melo Franco, um ensaísta da República*. Rio de Janeiro: Vieira & Lent, 2006.
- CAVALHEIRO, Edgard. *Biografias e biógrafos*. Curitiba: Guaíra, 1943.
- CORINO, Jonaedson. A biografia e sua instrumentalidade educativa. *Educação e Sociedade*. Vol. 20, nº 67, agosto / 1999, p. 153-182.
- CRULS, Alberto. Biographias. *Boletim de Ariel*. Outubro, 1936.
- DOSSE, François. *O desafio biográfico: escrever uma vida*. São Paulo: Edusp, 2009.
- FRANCO, Afonso Arinos de Melo. *Um Estadista da República: Afrânio de Melo Franco e seu tempo*. 3 vol. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1955. (Coleção Documentos Brasileiros, nº 85, 85^A, 85^B).
- GOMES, Angela de Castro; SCHMIDT, Benito Bisso. *Memórias e narrativas (auto)biográficas*. Rio de Janeiro: FGV, 2009.
- GOMES, Ângela de Castro; FERREIRA, Marieta de Moraes. Primeira República: um balanço historiográfico. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol. 2, nº 4, 1989, p. 244-280.
- GONÇALVES, Márcia de Almeida. *Em terreno movediço: biografia e história na obra de Octávio Tarquínio de Sousa*. Rio de Janeiro: Eduerj, 2009.
- KOSELLECK, Reinhart. “Espaço de experiência” e “horizonte de expectativa”: duas categorias históricas. In: *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio

de Janeiro: Contraponto, 2006.

LATTMAN-WELTMAN, Fernando. *A política domesticada: Afonso Arinos e o colapso da democracia em 1964*. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

LEVI, Giovanni. Usos da biografia. In: FERREIRA, Marieta de Moraes (org.). *Usos e abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: FGV, 2003. p. 167-182.

LEVILLAIN, Philippe. Os protagonistas: da biografia. In: RÉMOND, René (org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: UFRJ / FGV, 1996. p. 142-184.

MAUROIS, André. *Aspects of biography*. New York: Appleton & Co, 1929.

MONTELLO, Josué. Um político profissional: Rodrigues Alves. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 30/10/1973.

NAVA, Pedro. Afonso. In: CAMARGO, Aspásia [et al.]. *O intelectual e o político: encontros com Afonso Arinos*. Brasília: Senado Federal: Dom Quixote; Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, 1983.

NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das [et al.]. *Estudos de historiografia brasileira*. Rio de Janeiro: FGV, 2011.

PEREIRA, Lúcia Miguel. *Machado de Assis. Estudo Crítico e Biográfico*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional, 1939.

_____. *A vida de Gonçalves Dias*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1943.

PONTES, Heloísa. Retratos do Brasil: editores, editoras e “coleções Brasileira” nas décadas de 30,40 e 50. In: MICELI, Sérgio (org.) *História das Ciências Sociais no Brasil*. São Paulo: Vértice/Rev. dos Tribunais, 1989. p. 359-409.

RASTIER, François. Le problème épistémologique du contexte et le statut de l'interprétation dans les sciences du langage. In: BOUQUET, Simon (org.). *Langages: diversité de la (des) science (s) du langage aujourd'hui*. Paris, n° 29, mars 1998. p. 97-111.

REIS, José Carlos. Civilização brasileira e pessimismo ultraconservador (cínico): Afonso Arinos de Melo Franco e o medo da emergência do “monstro da lagoa brasileira”. In: *As identidades do Brasil 2: de Calmon a Bonfim: a favor do Brasil: direita ou esquerda?* Rio de Janeiro: FGV, 2006.

ROUANET, Sérgio Paulo. *Mal-estar na modernidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SCHMIDT, Benito Bisso. A biografia histórica: o “retorno” do gênero e a noção de “contexto”. In: GUAZZELLI, César (org.). *Questões de Teoria e Metodologia da História*. Porto Alegre: Ed. da Universidade, 2000. p. 121-129.

SOUSA, Octávio Tarquínio de. *Bernardo Pereira de Vasconcelos e seu tempo*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1937.

_____. *José Bonifácio 1763-1838*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1945.

_____. *A vida de D. Pedro I*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1952.

VENÂNCIO FILHO, Alberto. A Historiografia Republicana: a contribuição de Afonso Arinos. In: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol. 3, nº 6, 1990, p. 151-160.

VIANA FILHO, Luiz. *A verdade na biografia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1945.

WERNECK, M. H. V. *O homem encadernado: Machado de Assis na escrita das biografias*. Rio de Janeiro: Eduerj, 1996.

Notas

¹ Doutoranda em História. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFMG.

² Das 107 obras publicadas pela Coleção Documentos Brasileiros entre 1936 e 1960, 40 títulos (37,3%) eram biografias/memórias. Na Coleção Brasileira, entre 1931 e 1960, das 307 obras publicadas, as biografias/memórias somaram 60 títulos (19,5%). Fonte: PONTES, Heloísa. Retratos do Brasil: editores, editoras e “coleções Brasileira” nas décadas de 30,40 e 50. In: MICELI, Sérgio (org.) *História das Ciências Sociais no Brasil*. São Paulo: Vértice/Rev. dos Tribunais, 1989. p. 359-409.

³ Ver MAUROIS, André. *Aspects of biography*. New York: Appleton & Co, 1929.

⁴ Ver GONÇALVES, Márcia de Almeida. *Em terreno movediço: biografia e história na obra de Octávio Tarquínio de Sousa*. Rio de Janeiro: Eduerj, 2009.

⁵ Esses manuscritos encontram-se no Arquivo Público Mineiro, em Belo Horizonte, e a documentação pessoal de Afrânio de Melo Franco encontra-se na Biblioteca Nacional, no Rio de Janeiro.

⁶ Para François Rastier (1998), o escrito opera com uma forma de contextualização própria, que vai de texto a texto. Ela deve ser uma “exterioridade pertinente”, controlada pelo texto. Estes elementos pertinentes são requisitados pela própria análise do texto, tendo em vista o seu gênero. O texto, portanto, deve ser interpretado no interior de um corpus, que é constituído, sobretudo, pelos textos anteriores do mesmo gênero.

⁷ Ver MONTELLO, Josué. Um político profissional: Rodrigues Alves. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 30/10/1973; ANDRADE, Carlos Drummond de. Um Estadista para a República.

Folha da Tarde, Porto Alegre, 10/02/1977 e BARBOSA, Francisco de Assis. Afonso Arinos, historiador da República. In: Afonso Arinos na UnB: Conferências, comentários e debates. Brasília: UnB, 1981.